


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Entrevista		
	Veículo: Rádio Diário	Data: 14/06/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Amazonas	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/amazonas/ao-vivo-acompanhe-o-diario-da-manha-desta-quinta-feira/		

AMAZONAS

Publicado em 14 de junho de 2018 às 07:09


AO VIVO: acompanhe o Diário da Manhã desta quinta-feira

O jornal é veiculado pela Rádio Diário, de segunda a sexta-feira, das 7h às 9h

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: Aconteceu o que se previa		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 14/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

Aconteceu o que se previa

O advogado **Délcio Luís dos Santos** foi escolhido ontem pelo governador Amazonino Mendes (PDT) como novo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, pouco mais de uma hora depois que o Pleno da Corte decidiu que a lista tríplice submetida à escolha do mandatário seria composta por ele e pelos concorrentes Sílvio Costa e Jorge Pinho. Estes dois tiveram 10 votos cada, enquanto o consagrado obteve 22 sufrágios, uma diferença considerável. A chegada de Santos ao Pleno já era esperada. Isso porque ele sempre foi considerado o mais articulado nos bastidores, entre todos os

que disputaram a eleição do quinto constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Amazonas. Teve o apoio discreto do presidente da entidade, Marco Aurélio Choy, e o empurrão claro do atual presidente do TJAM, Flávio Pascarelli, de quem é amigo pessoal. Ex-jurista do Tribunal Regional Eleitoral e especializado na área, construiu praticamente toda a carreira nos bastidores das eleições no Amazonas. Ao longo da campanha para chegar ao cargo, optou por uma postura mais discreta do que a de muitos concorrentes. Evitou ostentação, mas foi fulminante nas articulações.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Distrato é assunto urgente, diz Jucá		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 14/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Política	Página: A8	

Distrato é assunto urgente, diz Jucá

O senador Romero Jucá (MDB-RR) deve assumir a relatoria do projeto que regulamenta as penalidades para quem comprar imóvel na planta e, depois, desistir do negócio, o chamado distrato.

Nesta quarta-feira (13), o senador já se encontrou com entidades ligadas à área da construção civil, mas evitou afirmar se o projeto pode sofrer modificações na Casa.

Como mostrou o jornal 'O Estado de S. Paulo', o texto foi aprovado semana passada na Câmara, mas tem recebido críticas por beneficiar as construtoras. Por causa disso, o Palácio do Planalto trabalha para que a penalidade aplicada ao consumidor seja de 25% do valor já pago e não 50% como aprovado pelos deputados. "Nós precisamos de um modelo que seja razoável para o Brasil. Não sei se é possível reduzir (as

porcentagens das multas)", disse.


Jucá afirma que não conhece detalhes do projeto, mas que o assunto é "urgente" e que o Senado vai olhar com atenção para a matéria.

Se o texto sofrer modificações, terá que voltar a ser analisado pela Câmara, o que retardaria a sanção do projeto. No entanto, para manter o percentual de 25%, governistas podem recorrer a uma manobra regimental, o

que evitaria o retorno do projeto à Câmara e iria suprimir os 50% do chamado regime de afetação (regime da maioria dos empreendimentos, pelo qual cada prédio tem CNPJ próprio para proteger interesses dos compradores).

Uma outra possibilidade para não atrasar a tramitação da matéria seria combinar com o presidente Michel Temer um veto ao parágrafo do projeto de lei aprovado pelos deputados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: MRV Engenharia entra no mercado com previsão de abrir 150 vagas		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 14/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: 08	


MRV Engenharia entra no mercado com previsão de abrir 150 vagas

CONSTRUÇÃO

A MRV Engenharia anunciou que vai atuar no mercado local de construção de imóveis, com a previsão de contratar 150 trabalhadores diretos para atuar como operários de obras. A companhia lança, nesta sexta-feira (15), o seu primeiro empreendimento, em Manaus, o Vista das Castanheiras.

Os interessados nas vagas de emprego na MRV podem acessar o site do Sistema Nacional de Emprego (Sine): www.sine.manaus.am.gov.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: À espera da solução para a ZFM		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Veículo: A Crítica	Data: 14/06/2018	
	Caderno: Opinião	Página: A4	

À ESPERA DA SOLUÇÃO PARA A ZFM


Quase duas semanas após o presidente Michel Temer prometer uma solução definitiva para evitar danos à Zona Franca de Manaus por conta do decreto que retirou incentivos do setor de concentrados, nenhuma medida foi anunciada pelo governo. As empresas do setor instaladas em Manaus continuam amargando perda de competitividade com a redução de 20% para 4% no incentivo de IPI. Na conversa por telefone, no dia 1º de junho, Temer disse a deputados, senadores e empresários que a solução a ser apresentada pelo Ministério da Fazenda compensaria

eventuais perdas apenas no próximo ano. A reunião da bancada com a equipe do ministro Eduardo Guardia ocorreu dias depois sem que nenhuma medida concreta fosse discutida. Entre os parlamentares ficou o sentimento de falta de boa vontade por parte do governo. O risco de que nenhuma medida corretiva seja tomada é grande, principalmente considerando que, em outras ocasiões, o governo já prometeu ações para corrigir danos ao Amazonas sem que nada tenha sido feito. Há um ano, quando as novas taxas da Suframa foram sancionadas por Temer com vetos que transformaram a autarquia em

mero arrecadador de recursos para o Tesouro Nacional, o governo se comprometeu em editar medidas para garantir aportes na região. Mas ficou por isso mesmo. Atualmente, a mesma história se repete com a Medida Provisória que regulamenta a aplicação dos recursos de P&D. O governo federal vetou o trecho que permitia aportes na estrutura física de laboratórios. Com a reação dos reitores do Amazonas, veio a desculpa de que não é bem assim e que um decreto vai detalhar de que forma os aportes poderão ser feitos. Vamos ver quando virá essa medida, e se realmente favorecerá as universidades locais.

Essa postura do governo deixa a bancada amazonense em situação delicada. Os parlamentares que votaram em peso a favor de Temer nas duas denúncias apresentadas pela Procuradoria-geral da República no ano passado, agora lutam para reverter os efeitos danosos de medidas do governo prejudiciais à Zona Franca e ao Amazonas. A estratégia dos deputados e senadores para tentar salvar o segmento de concentrados são projetos de decretos legislativos com objetivo de sustar o decreto presidencial. Enquanto a luta em Brasília não chega a um final, a ZFM se enfraquece a cada dia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: MPC aponta irregularidades		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Veículo: A Crítica	Data: 14/06/2018	
	Caderno: Política	Página: A6	

PROCESSO SELETIVO

MPC aponta irregularidades

Órgão pediu ao TCE que suspensa o processo seletivo realizado pela Seminf para contratação de 295 servidores temporários

O Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM) deu entrada a uma representação junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) pedindo a anulação do Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf) para contratação temporária de 77 pedreiros e 218 serventes.

De acordo com a Coordenadoria de Pessoal MPC-AM, houve graves infrações à Constituição Federal na condução do processo seletivo. Entre as irregularidades apontadas pelo MPC-AM estão: ausência da comprovação da necessidade da contratação temporária, inscrição e interposição de recursos somente presencialmente, ausência de

Saiba mais

>> Outro caso

O MPC também apresentou um pedido de suspensão do processo seletivo realizado pela Prefeitura de Borba (a 150 quilômetros de Manaus). Na representação, o órgão lista três irregularidades encontradas nos editais do processo de seleção. São elas: ausência de comprovação de necessidade temporária; inscrições presenciais somente no prédio da prefeitura; interposição de recursos apenas por meio presencial; e ausência de divulgação dos integrantes da comissão do processo seletivo.



Milhares de pessoas formaram uma fila em frente a Seminf, no bairro Aleixo, no primeiro dia de inscrição do processo seletivo


divulgação dos nomes que compõe à Comissão do Processo Seletivo, limitação de inscrição dos candidatos para mais de uma função e ausência de cronograma com datas previstas para todas as fases.

"Ante a ausência de datas específicas para o desenrolar das fases do Processo Seletivo, a ausência de informação aos candidatos e de publicidade maculam igualmente a análise do Edital, além de caracterizar falta de planejamento por parte da Administração Pública", afirmou o MPC-AM.

Além da anulação do Processo Seletivo, o MPC-AM pediu a dispensa dos possíveis temporários contratados bem como a notificação do secretário municipal de Infraestrutura, Kelton Kellyo de Aguiar Silva.

A primeira lista com os 100 aprovados no processo seletivo da Seminf foi divulgada no último dia 4. Com 5,3 mil inscritos, os salários vão de R\$ 969,79 e R\$ 954,00. O prazo de contrato de trabalho é de 10 meses.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Intervenções do BC no câmbio custaram R\$ 25,2 bilhões em 10 anos		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 14/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://amazonasatual.com.br/intervencoes-do-bc-no-cambio-custaram-r-252-bilhoes-em-10-anos/		

Intervenções do BC no câmbio custaram R\$ 25,2 bilhões em 10 anos



Brasil acumulou US\$ 382 bilhões para se defender da alta e baixa do dólar (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil)

Do Estadão Conteúdo

BRASÍLIA – Usados pelo Banco Central como instrumento de contenção para a alta do dólar em momentos de volatilidade do mercado, os swaps cambiais – que equivalem à venda futura de dólares – custaram ao governo R\$ 25,2 bilhões nos últimos dez anos. Esse gasto é menor do que o impacto de R\$ 27 bilhões de cada ponto porcentual de aumento da taxa básica de juros, a Selic, mantido por um ano.

Pesquisa da corretora Tullett Prebon também mostra que essas despesas não chegam a 1% do total gasto com o pagamento de juros nos últimos dez anos, que somaram R\$ 2,971 trilhões.

O swap é uma forma pela qual o BC interfere no câmbio. Funciona assim: o BC oferece um contrato de venda de dólares, com data de encerramento definida, mas não entrega a moeda. No vencimento, o investidor se compromete a pagar uma taxa de juros sobre valor dos contratos e recebe do BC a variação do dólar no mesmo período.

Apurados a partir de 2008, quando os swaps começaram a ser usados em maior escala, os dados foram compilados no período até maio passado. Com a disparada do dólar nas últimas semanas, o Banco Central (BC) intensificou a oferta de swaps para segurar o movimento de alta da moeda americana.

A ação alimentou o debate em torno do uso das reservas internacionais, o “seguro”, atualmente em US\$ 382 bilhões, que o País tem para se defender em momentos de alta volatilidade (forte sobe e desce das cotações no mercado à vista).

“O custo dos swaps foi pequeno. Não dá nem 1% da despesa gigantesca de juros nesse período”, disse ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) Fernando Montero, economista-chefe da Tullet.

Segundo ele, o custo do swap tem sido muito debatido, mas quando se faz uma retrospectiva de longo prazo, se verifica que o impacto é pequeno porque os períodos de queda compensam parte dos custos do período de alta cambial. Para Montero, os swaps sairão efetivamente caros se o câmbio continuar subindo sem mais recuar. “Nesse caso, contudo, se agradecerá ter colocado swaps e não reservas. O custo é igual e vamos precisar delas”, disse.

Com as operações das últimas semanas, o estoque de swaps do BC (posição vendida) está próximo de US\$ 50 bilhões. No pico histórico, esse valor chegou a US\$ 115 bilhões.

Banco Central

Questionado pela reportagem sobre o custo dos swaps, o BC reafirmou que ele é equivalente ao das reservas. “O que se perde com swaps se ganha muito mais com volume maior das reservas. Nos últimos anos, a combinação entre reservas e swaps deu lucro ao Banco Central”, disse a instituição, por meio de sua assessoria.

O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, afirma que o aumento das operações de swap pelo BC nas últimas semanas preocupa, em função do custo para as contas públicas. Segundo ele, o atenuante é que, por outro lado, com a alta do dólar, o BC obtém ganhos com sua posição de cerca de US\$ 382 bilhões em reservas internacionais. “Os swaps têm um efeito fiscal. O fluxo acaba aumentando quando o dólar sobe e o BC está exposto nessa posição de swap”, explica. “Isso gera uma despesa financeira que eleva o déficit nominal a cada mês, o que aumenta a necessidade de financiamento, potencializando a alta da dívida.”

Em 2015, a posição vendida do BC em swaps causou prejuízo para a instituição de R\$ 89,657 bilhões, em função do avanço da moeda americana sobre o real. No ano seguinte, porém, com a queda do dólar, a posição passou a gerar ganhos, que chegaram a R\$ 75,562 bilhões. É por isso que, ao se observar um período mais longo – como dez anos –, o custo fiscal do swap parece menor.


Liquidez

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente do BC, Ilan Goldfajn, deixou claro que a instituição somente passará a promover outras operações no mercado, além das de swap, se houver necessidade. Ilan vem afirmando que o BC ainda não vê necessidade de promover leilões de linha (venda de dólares com compromisso de recompra no futuro) ou vender dólares das reservas.

Nos números mais recentes de fluxo e nos preços dos ativos, ainda não há indicações de falta de liquidez de dólar à vista.

No passado, com Alexandre Tombini no comando do BC, a instituição chegou a promover leilões regulares de swap e também de linha. A situação naquela época, no entanto, era diferente: havia forte pressão no mercado futuro de dólar, que justificava a oferta de swaps, mas também um processo de saída de investidores do Brasil, o que demandava dólares à vista e justificava as operações de linha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Empreiteiras dão descontos de até 50% e entram no radar do TCU		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 13/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://amazonasatual.com.br/empreiteiras-dao-descontos-de-ate-50-e-entram-no-radar-do-tcu/		

Empreiteiras dão descontos de até 50% e entram no radar do TCU



Estratégia usada pelas empreiteiras acendeu um sinal de alerta nos tribunais de contas da União e dos Estados (Foto: TCU/Divulgação)

Do Estádio Conteúdo

BRASÍLIA – Sem novos projetos em carteira e caixa limitado para honrar os compromissos assumidos nos tempos de bonança da **economia**, as empreiteiras adotaram uma estratégia agressiva e arriscada para se manter de pé. Do ano passado para cá, os deságios oferecidos nas licitações de obras públicas têm beirado os 50% – movimento que já acendeu um sinal de alerta nos tribunais de contas da União e dos Estados. A preocupação é que a aparente vantagem competitiva se transforme num amontoado de problemas no futuro, com a paralisação das obras por falta de dinheiro.

A redução dos preços tem sido uma tática tanto das pequenas como das grandes construtoras, que surfaram na onda dos megaempreendimentos de infraestrutura construídos no início da década. Com a crise econômica e aperto fiscal dos governos, os investimentos despencaram e as obras diminuíram, pegando muitas empresas no contrapé, uma vez que elas tinham inchado suas estruturas e se endividado no mercado.

Para as companhias envolvidas na Operação **Lava Jato**, da Polícia Federal, a situação foi pior. Além da falta de obras, elas tiveram de lidar com a perda de reputação no mercado. Agora, para honrar compromissos, estão tendo de disputar com as empreiteiras menores obras que no passado eram ignoradas pelo tamanho e pelo valor. “Quando uma construtora de grande porte disputa concorrências de menor valor, ela tem a seu favor a capacidade logística já instalada, expertise de trabalho e tecnologias adequadas aos serviços”, explica a Camargo Corrêa, que deu lances ousados nas últimas licitações.

A empresa deu desconto de quase 40% para construir a Estação Morumbi do Metrô de São Paulo, com proposta de R\$ 107 milhões; 30% nas obras do Sistema de Saneamento Billings, da Sabesp, de R\$ 89 milhões; e 44% no corredor de ônibus de Salvador, de R\$ 212 milhões. Nesse caso, a construtora justifica que foi responsável pelo projeto básico da obra, o que possibilitou a redução dos custos e melhora da eficiência.

A construtora OAS, em recuperação judicial, também derrubou os preços nas últimas licitações. Na Barragem de Pedreiras, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE-SP), a empresa – que não quis comentar o assunto – ofereceu um deságio de 45% e na Barragem Duas Pontes, 38%. O valor das duas obras caiu de R\$ 740 milhões para R\$ 427 milhões. Na Bacia do Rio Itapanhaú, a proposta da empresa foi 46% inferior ao orçado pela Sabesp, responsável pela obra, que agora custará R\$ 90 milhões.

Os exemplos acima são apenas uma amostra do que tem ocorrido no mercado de construção, uma vez que as empreiteiras menores estão no mesmo ritmo das grandes empresas. Mas o que poderia significar elevado grau de competitividade também pode ser um alerta, um risco maior para o empreendimento. “Um desconto de 50% numa obra acende a luz amarela para a fiscalização. Essa obra vai exigir um grau maior de atenção (para que o contrato seja cumprido)”, afirma o coordenador geral de Fiscalização de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU), Nicola da Costa.

Com base em auditorias, ele diz que há vários riscos para o Poder Público. Um deles é o chamado superfaturamento de qualidade, em que o contrato prevê materiais de uma determinada qualidade e a empresa vencedora usa outros produtos com qualidade inferior.

“Há também aqueles que apostam nos aditivos para recompor o valor dos contratos”, diz o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, Renato Martins Costa. Segundo ele, esse é um mecanismo legal, limitado a 25% do valor do contrato, mas que nos últimos anos foi usado de forma inapropriada. A Camargo Corrêa, em nota, frisou que é contra os aditivos, mas, caso ocorram, precisam ser tecnicamente detalhados e justificados.


Executivos ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo afirmam que os deságios altos têm surpreendido o setor e tirado muita gente do páreo nas disputas. Antes desse movimento **atual**, os descontos ficavam na casa entre 10% e 20%, afirma o presidente da Associação dos Empresários de Obras Públicas (Apeop), Carlos Eduardo Lima Jorge.

Reação

Muitas empresas preferem sacrificar os lucros e deixar que as obras cubram apenas os custos fixos, que caíram muito desde o início da crise e da **Lava Jato**, destacam os advogados Fabio Gil e Daniel Stein, do escritório Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados. As construtoras também precisam mostrar reação aos bancos para conseguir refinanceir suas dívidas. “Estamos vivendo um período atípico, de ajuste”, diz Gil.

Procurados, Sabesp, DER, DAEE e Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM) afirmaram que seguiram todos os critérios da legislação para declarar os vencedores das licitações. Disseram ainda que acompanham e fiscalizam com rigor as obras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: CBIC participa do lançamento da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário	
	Veículo: CBIC	Data: 13/06/2018
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line
		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)

CBIC participa do lançamento da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário



Foto: PH Freitas/CBIC

Lançada nesta quarta-feira (13/06), em Brasília, a Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção Civil e do Mercado Imobiliário, no âmbito da Câmara dos Deputados, pretende popularizar e ampliar os debates sobre políticas públicas para a indústria da construção civil e os corretores de imóveis; promover o aprimoramento da legislação federal sobre a indústria da construção civil e o mercado imobiliário, e criar espaços de debates amplos culminando em seminários nacionais. "O lançamento da Frente chega num momento extremamente importante para o País, porque não tem outra forma de sair da crise que não seja via investimento e a construção civil, grande geradora de emprego e renda", destaca o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José



Carlos Martins, apontando o efetivo trabalho dos parlamentares em prol da sociedade brasileira em propostas como a Lei 10.931/2004, que, ao exigir o depósito do incontroverso, trouxe maior segurança jurídica ao mercado imobiliário.


O ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, parabenizou a iniciativa, por centralizar em uma única frente parlamentar as ações e discussões de políticas públicas voltadas para o setor. "No passado, tínhamos dificuldade em concentrar em uma única Frente os debates mais relevantes, o que agora será possível graças a essa unificação", disse, lembrando o que ocorria à época em que era ministro das Cidades.

Presidida pelo deputado federal Edmar Arruda (PSD/PR), a Frente contará com apoio e participação de mais de 200 deputados federais, defendendo o setor da construção (pesada, civil, naval), da infraestrutura, da moradia digna e do mercado imobiliário. Além de acompanhar políticas, ações e a tramitação no Congresso Nacional de proposições que tratem de assuntos correlatos, a expectativa é de que a Frente ajude a criar soluções duradouras para os setores envolvidos, usando a combinação de programas baseados em políticas e direitos de desenvolvimento. "Acredito que, com a participação da CNI, da CBIC, da Caixa e dos deputados que compõem a Frente, vamos conseguir ajudar o País", disse o deputado Edmar Arruda.

A Frente dará destaque a uma série de temas e proposições já em tramitação no Legislativo, como os da Reforma Tributária; do Seguro Desemprego; do Minha Casa, Minha Vida; da preservação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); da Desoneração da Folha de Pagamento; do Saneamento Básico; da Lei de Licitações, e do Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Também participaram da cerimônia de instalação da Frente Parlamentar, o vice-presidente para assuntos relacionados à Indústria da Construção Civil, deputado Félix Mendonça Junior (PDT/BA); o vice-presidente para assuntos relacionados à infraestrutura, deputado Bebeto (PSB/BA); o vice-presidente para assuntos relacionados a Habitação, Moradia Digna e Pequenos Construtores, Odorico Monteiro (PSB/CE); o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Paulo Afonso Ferreira; o superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal, Anderson Possa; o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Evaristo Pinheiro; o presidente da Federação Nacional dos Pequenos Construtores, Ezequiel Souza, e empresários do setor da construção. [Clique aqui](#) para acessar as fotografias do evento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: STJ valida cláusula que transfere ao comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda no MCMV		
	Veículo: CBIC	Data: 13/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

STJ valida cláusula que transfere ao comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda no MCMV



A 2ª seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, decidiu hoje (13/06) que, **“ressalvada a denominada faixa 1 em que não há intermediação imobiliária, é válida a cláusula contratual que transfere ao promitente comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contrato de promessa de compra e venda no Programa Minha Casa Minha Vida, desde que previamente informado o preço total da unidade autônoma com destaque do valor da comissão de corretagem”**.

O julgamento do processo, que reclamava a possibilidade ou não de transferir ao adquirente a obrigação pelo pagamento da comissão de corretagem, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi retomado nesta quarta-feira (13/06), no STJ. Até a presente data, tinham votado o relator do processo, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, e os ministros Ricardo Villas Boas Cueva, Marco Aurélio Belizze, Nancy Andrichi, Moura Ribeiro e Lázaro Guimarães.


Segundo o relator da demanda, ministro Sanseverino, a cláusula que transfere ao adquirente a comissão de corretagem se apresenta como obstáculo para a consecução finalística do programa social subsidiado pelo Governo e vai de encontro com os próprios princípios elencados na lei de regência do PMCMV. Em seu voto, o ministro Villas Boas Cueva abriu a divergência para assentar a validade dessa cláusula desde que haja informação clara do preço total da unidade imobiliária autônoma com destaque da comissão, ressalvada a denominada faixa 1 em que não há intermediação imobiliária.

No julgamento de hoje votaram, no sentido do voto divergente do ministro Cueva, os ministros Luís Felipe Salomão e Marco Buzzi. Segundo o ministro Salomão, não há, na lei de regência, impedimento para essa cobrança e, inviabilizá-la, impediria o desenvolvimento de negócios e acabaria, no fim e ao cabo, sendo transferido de um jeito ou de outro o valor da comissão ao adquirente.

Com esse resultado, o recurso especial repetitivo 1.601.149 valerá para todo o território nacional para fixar a tese favorável ao setor da construção civil e do imobiliário.

(Com informações da Assessoria Jurídica da CBIC)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Reunião do Conselho de Administração da CBIC traz relator do PL dos distratos para falar sobre a importância do projeto		
	Veículo: CBIC	Data: 13/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Reunião do Conselho de Administração da CBIC traz relator do PL dos distratos para falar sobre a importância do projeto



O presidente da CBIC, José Carlos Martins, abordou diversos temas de interesse para o setor e para a entidade, como iniciativas para apresentar as demandas da construção aos presidenciáveis e ações para o novo ciclo. Nessa próxima fase, será discutido um projeto de autorregulação; haverá um reforço no Banco de Dados, que se tornará mais amigável e com mais informações concentradas; e mudanças no Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic). "A ideia é tornar o encontro mais atrativo para as pessoas e dentro de um novo modelo", adiantou Martins.

Às comissões técnicas da CBIC, ficou a incumbência de apresentar os principais assuntos a serem trabalhados no próximo ciclo. A Comissão de Infraestrutura (COP) mostrou-se empenhada em buscar uma solução para os sucessivos aumentos dos preços do asfalto impostos pela nova política da Petrobras, bem como encontrar formas de melhorar o texto da nova Lei de Licitações, que deverá ser votada em breve na Câmara dos Deputados. O Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) informou que, até o final do ano, os participantes do Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance terão implantado seus próprios processos locais e que, em breve, será lançada uma coletânea de boas práticas de responsabilidade social. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) está mobilizada para finalizar as normas técnicas sobre conservação e fontes alternativas em edificações, com publicação prevista para outubro ou novembro. Além disso, lançou a segunda edição do **Manual do Projeto "O Futuro da Minha Cidade"**, trazendo os resultados da iniciativa. <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Futuro-da-minha-cidade-segunda-Edicao.pdf>

Já a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) comentou que manterá as reuniões itinerantes e abordou aspectos preocupantes para a área, como distratos, financiamentos imobiliários e queda no número de lançamentos/estoques de imóveis. A Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) declarou que trabalhará para tornar mais acessível a participação à distância de associados na discussão das normas técnicas, e terá uma interação maior com o governo para viabilizar o desenvolvimento das Fichas de Avaliação de Desempenho (FADs). Foi divulgado ainda o planejamento da realização de uma capacitação piloto em BIM com duração de seis meses.

Durante a reunião, a Assembleia Geral Ordinária – presidida pelo vice-presidente da CBIC, Elson Ribeiro e Póvoa – também apreciou e aprovou o Relatório de Atividades da CBIC, relativo ao período de julho/2017 a junho/2018; as contas do Conselho de Administração e o correspondente parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2017.

MAIS NOTÍCIAS

EBC

[Cobrança para descarte de entulho da construção civil começa nesta sexta-feira](#)

O Globo

[Construtoras fazem lobby para Senado aprovar multa de até 50% em caso de desistência de imóvel](#)

InfoMoney

[Renda fixa, Bolsa e imóveis: como a alta de juros dos EUA afeta seus investimentos?](#)

Valor Econômico

[Jucá deve ser relator do projeto sobre distrato imobiliário](#)

Senado Notícias

[Eunício recebe representantes do setor imobiliário, que pedem aprovação do distrato da compra de imóvel](#)

G1

[Sebrae realiza palestra sobre serviços da construção civil em Penápolis](#)

AGENDA

JUNHO

19 – 6º Reunião da Diretoria

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)